

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As presentes Notas Explicativas foram elaboradas com o objetivo de apresentar informações relevantes, complementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

INFORMAÇÕES GERAIS

Segundo a Constituição da República “a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados” (art.134, caput).

Desde a emenda constitucional nº 45/2004, as Defensorias Públicas Estaduais passaram a contar com autonomia administrativa e funcional (art.134, §2º, CF), bem como financeira (art. 168, CF), estando fora, portanto, da estrutura do Poder Executivo. A Defensoria Pública presta atendimento jurídico em sentido amplo, de natureza judicial e extrajudicial, de educação em direitos, e tem legitimidade para atuar não só individualmente, mas também, por meio de tutela coletiva.

A Defensoria Pública do Estado do Paraná, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 55/1991 e organizada pela Lei Complementar n.º 136/2011, encontra-se hoje presente em 30 comarcas. Os membros da Defensoria Pública - defensores e defensoras públicas - devem ser aprovados em Concurso Público de Provas e Títulos e precisam ter, no mínimo, três anos de experiência jurídica. O defensor público tem independência funcional para atuar na defesa dos interesses dos(as) usuários(as), prestando-lhes assistência jurídica integral, inclusive quando a parte contrária é o próprio Estado.

A Defensoria Pública do Estado do Paraná utilizou a partir de 2024 o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira, Contabilidade e Controle (SIAFIC), para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial, juntamente com os órgãos da administração direta e indireta do estado e pelos poderes, de forma a possibilitar a consolidação das contas do Estado.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 e suas alterações, os Princípios Contábeis, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TST, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, as Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC's e demais disposições normativas vigentes.

Informa-se que a DCASP, objeto das Notas Explicativas que se apresentam, são respectivamente:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- VI. Notas Explicativas

Os valores constantes das Demonstrações Contábeis apresentadas são expressos em Reais e não contemplam arredondamentos.

1 - BALANÇO PATRIMONIAL

1.1. Informações Gerais

Parte integrante das demonstrações contábeis o Balanço Patrimonial previsto no Art. 105 da Lei Federal nº 4.320/64 é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Em relação a esta demonstração contábil destaca-se:

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis no Caixa – Bancos Conta Movimento e Aplicações Financeiras.

Estão considerados os saldos das disponibilidades oriundas das transferências recebidas do Tesouro Estadual, de Convênios com a União, da remuneração dos depósitos bancários por sua respectiva fonte de recursos e os saldos dos ingressos de recursos extra orçamentários, conforme evidenciados na tabela abaixo:

Tabela 1.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	12/2024	AV (%)	12/2023	AV (%)	AH (%)
Detalhamento					
Caixa	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Conta Única - Tesouro	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Conta Única RPPS	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Bancos Conta Movimento - Demais Bancos	84,12	0,0031	11.125,84	0,0677	-99,24
Rede Bancária - Arrecadação	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	2.713.114,56	99,2135	16.424.963,90	99,9323	-83,48
Valores Restituíveis e Vinculados	21.424,98	0,7835	0,00	0,0000	0,00
Total	2.734.623,66	100,0000	16.436.089,74	100,0000	-83,36

A tabela demonstra uma redução de 83,36% dos recursos disponíveis na unidade em relação à 2023, isto em consequência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para suplementação orçamentária no exercício.

Na tabela abaixo evidencia-se as disponibilidades por suas respectivas fontes de recursos:

Tabela 1.2 - Caixa e Equivalente de Caixa - Por Fonte de Recursos

Recurso Código/Descrição	Disponibilidades
Ordinário	
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.647.619,79
Vinculados	
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	1.065.578,89
Extraorçamentários	
862 - Recursos de Depósitos de Terceiros	18.724,05
869 - Outros Recursos Extraorçamentários	2.700,93
Total	2.734.623,66

Nota 02 – Créditos a Receber Curto Prazo

Os créditos a receber de curto prazo, são aqueles realizáveis até 12 meses e conforme evidenciado na tabela abaixo a unidade não possui créditos dessa natureza.

Tabela 2.1 – Créditos a Receber Curto Prazo

	12 /2024	AV (%)	12/2023	AV (%)	AH (%)
Detalhamento					
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Ajustes para perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 03 – Demais Créditos a Receber Curto Prazo

Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, conforme evidenciado na tabela abaixo a unidade não possui créditos dessa natureza.

Tabela 3.1 - Demais Créditos a Receber Curto Prazo

	12 /2024	AV (%)	12/2023	AV (%)	AH (%)
Detalhamento					
Adiantamentos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos a recuperar/compensar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos por danos ao patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros créditos a receber e valores a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Ajustes para perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 04 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Os investimentos e aplicações temporárias são relativos à aplicação de recursos visando a rentabilidade no curto prazo, conforme evidenciado na tabela abaixo a unidade não possui investimentos dessa natureza.

Tabela 4.1 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

	12 /2024	AV (%)	12/2023	AV (%)	AH (%)
Detalhamento					
Títulos Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação Temporário em Metais Preciosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação em Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento e Aplicações Temporárias - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 05 – Estoques

O estoque é relativo aos materiais em almoxarifado que são utilizados nas atividades da entidade. Os itens são registrados no almoxarifado geral para distribuição às demais sedes descentralizadas da DPE-Pr e possui a seguinte composição conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 5.1 – Almoxarifado – composição

Detalhamento	12 /2024	AV (%)	12/2023	AV (%)	AH (%)
Mercadoria para Revenda ou Doação	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Produtos de Serviços Acabados	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Produtos e Serviços em Elaboração	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Matérias Primas	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Materiais em Trânsito	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Material de Consumo	99.320,09	34,0397	158.927,58	45,6825	-37,51
Gêneros Alimentícios	15.641,95	5,3609	21.322,97	6,1291	-26,64
Materiais de Construção	8.031,94	2,7528	0,00	0,0000	0,00
Autopeças	0,00	0,0000	892,92	0,2567	-100,00
Medicamentos e Materiais Hospitalares	1.497,42	0,5132	1.580,61	0,4543	-5,26
Materiais Gráficos	38.044,55	13,0389	37.179,96	10,6871	2,33
Material de Expediente	129.241,31	44,2945	127.992,08	36,7903	0,98
Materiais a Classificar	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Estoques Sobressalentes a Alienar	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Material de Processamento de Dados	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outros	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outros Estoques	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Total	291.777,26	100,0000	347.896,12	100,0000	-16,13
(-) Ajustes para perdas	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Valor Total Líquido	291.777,26	100,0000	347.896,12	100,0000	-16,13

Gráfico 01 – Almoxarifado – composição



Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

Importante salientar que a execução orçamentária das aquisições de itens de almoxarifado ocorre através da unidade contábil Fundo do Defensoria Pública do Estado do Paraná – FUNDEP, sendo as aquisições transferidas contabilmente para a unidade contábil Defensoria Pública, onde ocorrem os registros de consumo e demais controles.

Entre os itens adquiridos de maior relevância destacam-se: Itens de limpeza e higienização como papel higiênico, toalha de papel, lixeiras; material de copa e cozinha como pratos, talheres, coador e mexedor de café, panos de prato; material de processamento de dados como teclados usb; gêneros de alimentação como café, açúcar, chá; materiais para manutenção de bens imóveis como assentos para vasos sanitários; e, material de expediente como resmas de papel sulfite, pastas, caixas para embalagens.

O controle do almoxarifado é realizado pela Coordenadoria de Patrimônio e Materiais através da ferramenta GMS, disponibilizada pela SEAP. Mensalmente são efetuadas conciliações entre os relatórios do sistema e o saldo contábil e, para fins de encerramento do exercício, os saldos foram atestados pela Coordenadoria de Patrimônio e Materiais através do procedimento interno SEI nº 24.0.000004083-1.

Nota 06 – Créditos a Receber Longo Prazo

Os créditos a receber de longo prazo, são aqueles realizáveis acima de 12 meses e conforme evidenciado na tabela abaixo a unidade não possui créditos dessa natureza.

Tabela 6.1 – Créditos a Receber Longo Prazo - Composição

	12/2024	AV (%)	12/2023	AV (%)	AH (%)
Detalhamento					
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos Previdenciários da RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Ajustes para perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 07 – Investimentos

Conforme evidenciado nas tabelas abaixo a unidade não possui investimentos dessas naturezas.

Tabela 7.1 – Investimentos - Composição

	12/2024	AV (%)	12/2023	AV (%)	AH (%)
Detalhamento					
Participações Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

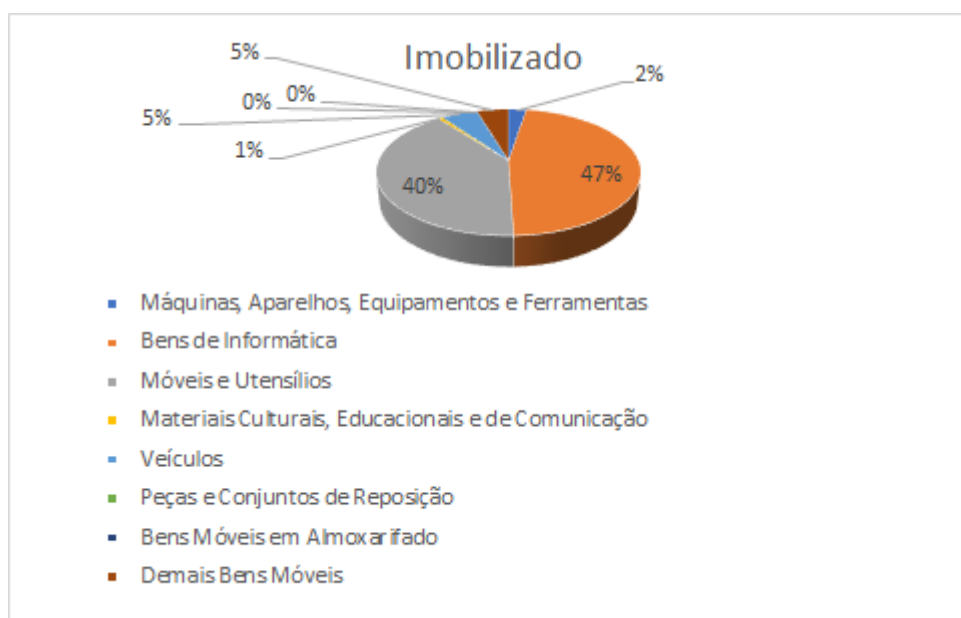
Nota 08 – Imobilizado

O imobilizado está dividido pelos bens móveis e bens imóveis que são utilizados na atividade da entidade. Os bens móveis compreendem todos os equipamentos e materiais permanentes e possuem a composição conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 8.1 – Imobilizado – Bens Móveis - Composição

	12/2024	AV (%)	12/2023	AV (%)	AH (%)
Bens Móveis					
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	539.259,88	2,59%	370.593,17	2,03%	45,51%
Bens de Informática	9.752.608,22	46,89%	8.712.906,36	47,78%	11,93%
Móveis e Utensílios	8.303.569,72	39,92%	7.846.096,56	43,03%	5,83%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	136.053,75	0,65%	136.053,75	0,75%	0,00%
Veículos	1.102.161,30	5,30%	202.161,30	1,11%	445,19%
Peças e Conjuntos de Reposição	664,37	0,00%	664,37	0,00%	100,00%
Bens Móveis em Andamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Bens Móveis em Almoxarifado	174,21	0,00%	174,21	0,00%	100,00%
Bens Móveis Inservíveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Armamentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Semoventes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Bens Móveis - Ativos de Concessão	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Demais Bens Móveis	965.111,19	4,64%	965.111,19	5,29%	0,00%
Total	20.799.602,64	100,00%	18.233.760,91	100,00%	14,07%
(-) Depreciação Acumulada	-9.419.335,05	-45,29%	-7.843.803,00	-43,02%	20,09%
(-) Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Valor Total Líquido	11.380.267,59	54,71%	10.389.957,91	56,98%	9,53%

Gráfico 02 – Imobilizado – composição



Os bens adquiridos pela entidade são registrados contabilmente pelo seu valor de aquisição e a execução orçamentária das aquisições ocorre normalmente através da unidade contábil Fundo da Defensoria Pública - FUNDEP e, posteriormente, são transferidos para a Defensoria Pública onde ocorrem os demais registros contábeis (depreciação, baixas etc).

Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

Da mesma forma que o controle de almoxarifado, o controle patrimonial dos bens móveis é efetuado pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio utilizando-se de outra ferramenta, o GPM, também desenvolvido pela SEAP. Durante o exercício foram efetuadas conciliações entre os relatórios do sistema e os registros contábeis com a finalidade de evidenciar eventuais inconsistências entre os registros do Sistema de Patrimônio e a Contabilidade. As diferenças em conciliação foram atestadas e justificadas pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio para fins de encerramento do exercício através do procedimento SEI 24.0.000004084-0. As inconsistências encontradas estão relacionadas aos registros no Sistema de Patrimônio e, conforme informado pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio, as mesmas serão tratadas no decorrer do exercício de 2025.

Dos bens móveis registrados a variação positiva ocorrida no exercício de 2024 explica-se pelas novas aquisições efetuadas no montante de R\$ 2.682.396,64 e possuem a composição conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 8.2 – Imobilizado – Bens Móveis – Aquisições em 2024

Item Patrimonial	2024 Valor	AV (%)
2223 - Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos (bebedouros e equipamentos de ar condicionado)	119.128,19	4,44%
2224 - Equipamentos de Processamento de Dados (computadores, monitores, webcam, headset)	1.039.701,86	38,76%
2227 - Equipamentos e Utensílios Hidráulicos e Elétricos (Conjuntos moto-bomba)	49.538,52	1,85%
2229 - Mobiliário em Geral (mesas, cadeiras fixas e giratórias, longarinas, armários, tendas para atendimento itinerante)	574.028,83	21,40%
2235 - Veículos de Tração Mecânica (Furgões adaptados - Unidades Móveis de Atendimento)	900.000,00	33,55%
Valor Total	2.682.397,40	100,00%

Registra-se que durante o exercício ocorreram duas doações de itens de mobiliário declarados como inservíveis em caráter definitivo, sendo uma doação para a Secretaria de Estado da Educação – SEED no montante de R\$ 113.707,93 conforme Termo de Transferência GPM nº 2545890 e outra para a Prefeitura do Município de Castro no valor de R\$ 2.847,74 conforme Termo de Transferência GPM nº 2526484.

Tabela 8.3 – Imobilizado – Bens Móveis – Doações em 2024

Item Patrimonial	2024 Valor	AV (%)
2229 - Mobiliário em Geral	116.555,67	100,00%
Valor Total	116.555,67	100,00%

Tabela 8.4 – Grau de Depreciação por item do Imobilizado

	Valor Contábil Bruto (a)	Depreciação Acumulada (b)	% Depreciação c=(b/a)
Bens Móveis	20.799.602,64	-9.419.335,05	
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	539.259,88	-102.090,99	18,93
Bens de Informática	9.752.608,22	-4.086.052,96	41,90
Móveis e Utensílios	8.303.569,72	-4.963.683,93	59,78
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	136.053,75	-27.356,17	20,11
Veículos	1.102.161,30	-239.879,07	21,76
Pecas e Conjuntos de Reposição	664,37	-271,93	40,93
Bens Móveis em Andamento	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis em Almoxarifado	174,21	0,00	0,00
Armamentos	0,00	0,00	0,00
Semoventes	0,00	0,00	0,00
Demais Bens Móveis	965.111,19	0,00	0,00
Imóveis	447.549,98	-132.262,70	0,00
Bens de Uso Especial	0,00	0,00	0,00
Bens Dominicais	0,00	0,00	0,00
Bens de Uso Comum do Povo	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis em Andamento	447.549,98	0,00	0,00
Instalações	0,00	-132.262,70	0,00
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	0,00	0,00	0,00
Demais Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Total	21.247.152,62	-9.551.597,75	0,00

Quanto a depreciação, o valor registrado em 2024 com base nos relatórios extraídos do Sistema de Patrimônio pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio totalizam em R\$ 1.575.532,05.

Um indicador importante para avaliação do Imobilizado é o grau de depreciação de cada item. Conforme evidenciado na tabela acima, o item com maior grau de depreciação é o de Móveis e Utensílios com 59,78%, seguido dos bens de informática com 41,90% de depreciação, o que pode demonstrar a necessidade de uma reavaliação ou mesmo de aquisição de novos itens.

Conforme informações da Coordenadoria de Materiais e Patrimônio os valores da depreciação mensal e acumulada também passarão por conciliação neste exercício de 2025, uma vez que o sistema GPM, por alguma razão que ainda não fora esclarecida pela SEAP e CELEPAR (responsáveis pelo sistema), está informando valores diferentes a depender da forma como o relatório de depreciação é gerado.

Importante repisar que durante o exercício de 2024 foram recorrentes as divergências apresentadas pelo Sistema GPM, principalmente em relação à depreciação, impactando inclusive nos prazos de encerramento do exercício estabelecidos em decreto e nas resoluções da Secretaria da Fazenda do Estado.

Tabela 8.5 – Imobilizado – Bens Imóveis – composições

	12/2024	AV (%)	12/2023	AV (%)	AH (%)
Bens Imóveis					
Bens de Uso Especial	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Bens Dominicais	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Bens de Uso Comum do Povo	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Bens Imóveis em Andamento	447.549,98	100,0000	437.894,55	100,0000	2,20
Instalações	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Demais Bens Imóveis	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Total	447.549,98	100,0000	437.894,55	100,0000	2,20
(-) Depreciação Acumulada	-132.262,70	-29,5526	-132.262,70	-30,2042	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Valor Contábil Líquido	315.287,28	70,4474	305.631,85	69,7958	3,16

Os valores em bens imóveis em andamento se referem às adequações da infraestrutura de imóveis ocupados pela Defensoria Pública.

Importante destacar que a linha de depreciação acumulada demonstrada na tabela acima se refere à depreciação de itens anteriormente classificados na conta 123111100 – Peças Não Incorporáveis a Imóveis. Os itens registrados no imobilizado para a conta contábil citada foram reclassificados para a conta 123110303 – Mobiliário em Geral em razão de alteração da nomenclatura da conta pelo sistema contábil anterior. Contudo, o saldo da depreciação do item não fora reclassificado. A fim de efetuar o ajuste com a reclassificação da conta foi aberto junto ao suporte do SIAFIC o chamado Jira PRSD-8884 e o ajuste será efetuado em 2025.

Nota 09 – Ativo Intangível

Compõem os bens intangíveis da Defensoria Pública do Estado do Paraná, os softwares próprios ou adquiridos de terceiros, em uso, além dos softwares em desenvolvimento, conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 9.1 – Ativo Intangível – composição

	12/2024	AV (%)	12/2023	AV (%)	AH (%)
Bens					
Softwares					
Softwares	1.792.572,64	36,3981	1.787.107,64	36,3274	0,31
Softwares em Desenvolvimento	3.132.340,33	63,6019	3.132.340,33	63,6726	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
Marcas e Patentes Industriais	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Concessão de Direito de Uso de Comunicação	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Direitos Autorais	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Direito Sobre Recursos Naturais	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Adiantamento para Transferência de Tecnologia	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outros Direitos - Bens Intangíveis	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Direito de Uso de Imóveis					
Direito de Uso de Imóveis	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Patrimônio Cultural Intangível					
Patrimônio Cultural Intangível	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Valor Contábil Bruto	4.924.912,97	100,0000	4.919.447,97	100,0000	0,11
(-) Amortização Acumulada	-54.660,39	-1,1099	-45.003,75	-0,9148	21,46
(-) Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Valor Contábil Líquido	4.870.252,58	98,8901	4.874.444,22	99,0852	-0,09

Nota 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar

Os valores demonstrados em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar são decorrentes de passivo reconhecido na unidade pela apropriação do 1/3 de férias a fruir de servidores/membros ativos da Defensoria Pública para futura execução orçamentária nos exercícios subsequentes, e de parte da Contribuição da Previdência Social Patronal ao INSS dos servidores vinculados ao RGPS, derivada da folha de pagamento do mês de Dezembro/2024 a vencer em Janeiro/2025, conforme composição abaixo:

Tabela 10.1 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar

	12 /2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Pessoal a Pagar	712.527,31	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00	0,00	0,00
Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais a Pagar	51.262,77	0,00	0,00
Total	763.790,08	0,00	0,00

Nota 11 – Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são relativos a operações de créditos realizadas para financiar investimentos. Conforme evidenciado nas tabelas abaixo a unidade não possui registros dessa natureza:

Tabela 11.1 – Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Credor	12 /2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Instituições			
Total	0,00	0,00	0,00

Tabela 11.2 – Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo

Credor	12 /2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Instituições			
Total	0,00	0,00	0,00

Nota 12 – Fornecedores

As obrigações com fornecedores a pagar são derivadas das contratações para aquisição de materiais, bens, serviços e obras visando o funcionamento e expansão das atividades da entidade. Conforme evidenciado na tabela abaixo a unidade encerrou o exercício sem registros dessa natureza:

Tabela 12.1 – Fornecedores - Composição

	2024	AV (%)
Detalhamento	Valor	
Fornecedor	0,00	0,00%
Total	0,00	0,00%

Nota 13 – Provisões

Conforme evidenciado nas tabelas abaixo a unidade não possui registros dessa natureza:

Tabela 13.1 – Provisões

	12 /2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Provisões de curto prazo	0,00	0,00	0,00
Provisões de longo prazo	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Tabela 13.2 – Provisões de Curto Prazo

	12 /2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisão para Riscos Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisão para Riscos Decorrentes da Atuação Governamental a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
Outras Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Tabela 13.3 – Provisões de Longo Prazo

	12 /2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Para pagamento de autos de infração não recorridos	0,00	0,00	0,00
Para pagamento de autos de infração recorridos	0,00	0,00	0,00
Para pagamento de Autuações Fiscais na Esfera Judicial não Recorridas	0,00	0,00	0,00
Para pagamento de Autuações Fiscais na Esfera Judicial Recorridas	0,00	0,00	0,00
Para Outros Riscos Fiscais	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Tabela 13.4 – Provisão para Riscos Fiscais de Curto Prazo

	12 /2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisão para Riscos Decorrentes de Contratos de PPP a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisão para Riscos Decorrentes da Atuação Governamental a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Outras Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Nota 14 – Demais Obrigações

As demais Obrigações tiveram uma variação de 212,74% no período em relação à 2023 e se referem às retenções em folha de pagamento da contribuição previdenciária ao INSS descontada dos servidores vinculados ao RGPS; de valores consignados em folha de pagamento com vencimento em janeiro/2025; de valores de caução em dinheiro depositados para garantia contratual; de rendimentos de aplicação financeira dos recursos do Convênio nº 931625/2022 destacados na linha de Outras Obrigações a Curto Prazo, conforme evidenciado na composição abaixo:

Tabela 14.1 – Demais Obrigações - Composição

	12 /2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Adiantamento de Clientes	0,00	0,00	0,00
Obrigações por Danos a Terceiros	0,00	0,00	0,00
Arrendamento Operacional a Pagar	0,00	0,00	0,00
Debêntures e Outros Títulos de Dívida a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	0,00	0,00	0,00
Obrigações Decorrentes de Contratos de PPP	0,00	0,00	0,00
Depósitos de Instituições Autorizadas a Operar pelo BACEN	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis	90.358,46	60.851,30	48,49%
Outras Obrigações a Curto Prazo	99.950,11	0,00	100,00%
Total	190.308,57	60.851,30	212,74%

Nota 15 – Resultado Acumulado – Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2024 foram contabilizados na unidade a título de ajustes de exercícios anteriores o montante de R\$ 575.989,66 decorrentes do reconhecimento de dívida pela execução de despesas com fato gerador de exercícios anteriores, conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tabela 15.1 – Ajustes de Exercícios Anteriores - Composição

	31/12/2024	AV (%)
Detalhamento		
Revisões de verbas relacionadas à folha de pagamento não reconhecidas à época própria	40.416,20	7,017%
Conversão em pecúnia de períodos de licença prêmio de exercícios anteriores não fruídos por ex-membro	186.368,46	32,356%
Contribuição Previdenciária Patronal aos Fundos Financeiro e Previdenciário decorrente de diferenças financeiras de exercícios anteriores apuradas em folha de pessoal	349.205,00	60,627%
Total	575.989,66	100,00%

Nota 16 – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar

Trata-se dos valores a executar de garantias de avais, fianças, seguros-Garantias, Cauções relativos a garantias contratuais, conforme composição abaixo:

Tabela 16.1 – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar

	12 /2024	12/2023	AH (%)
Contratos			
Avais a Executar			
Fianças a Executar			
Hipotecas a Executar			
Seguros-Garantia a Executar			
Caução a Executar	18.724,05	9.210,07	203,300%
Apólices de Seguros a Executar			
Total	18.724,05	9.210,07	203,300%

Os valores são decorrentes de depósitos em dinheiro para garantia de contratos da empresa Oi S.A. com execução orçamentária através da unidade contábil Fundo da Defensoria Pública – FUNDEP.

Nota 17 – Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres

Compreende os valores recebidos/a comprovar decorrente da execução de convênios e outros instrumentos congêneres firmados. O registro decorre da execução do Convênio Federal nº 931625/2022 que tem como objeto o Fomento da Assistência Jurídica às pessoas privadas de liberdade pelas Defensorias Públicas, de acordo com a Carteira de Políticas Públicas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no eixo de Fortalecimento do Sistema Penitenciário, conforme composição abaixo:

Tabela 17.1 – Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres

	12 /2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Direitos Conveniados	3.087.594,10	1.473.681,16	109,52
Termo de Cooperação	0,00	0,00	0,00
Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00	0,00
Total	3.087.594,10	1.473.681,16	109,52

Nota 18 – Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres

Compreende os valores a pagar da execução de convênios e outros instrumentos congêneres firmados. Conforme evidenciado na tabela abaixo a unidade não possui registros dessa natureza:

Tabela 18.1 – Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres

	12 /2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Obrigações Conveniadas	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0,00	0,00	0,00
Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

Nota 19 – Obrigações Contratuais a Executar

No final do exercício a entidade possuía um saldo contábil de R\$ 834.516,73 evidenciado em obrigações contratuais a executar. Contudo, verificou-se divergência em dois registros, sendo os ajustes efetuados no exercício corrente, explica-se:

- 1) o valor de R\$ 673.267,32 registrado para o contratado 40432544022469 – CLARO S.A. decorre de contabilização automática indevida oriunda do Sistema GMS, uma vez que os registros de contratos da unidade não são efetuados pelo processo integrado. O controle da execução do referido contrato está sendo efetuado através da unidade contábil 076000 – Fundo da Defensoria Pública – FUNDEP. Assim, a regularização do registro será efetuada em 2025 por meio de desconhecimento do contrato nesta unidade contábil 070000, conforme orientação recebida através da resposta do chamado ao suporte do SIAFIC (Jira PRSD-7847).
- 2) O valor de R\$ 10.788,00 registrado para o contratado 09094300000151 - OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA possui a sua execução através da UG 076000 – Fundo da Defensoria Pública – FUNDEP, sendo o registro a regularizar em 2025.

A tabela abaixo segrega os saldos das obrigações a partir das correções a serem efetuadas, de acordo com a natureza dos respectivos contratos:

Tabela 19.1 – Obrigações Contratuais - Composição

	12 /2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Seguros	0,00	0,00	0,00
Serviços	150.461,41	22,36	672804,34%
Aluguéis	0,00	0,00	0,00
Fornecimento de Bens	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão	0,00	0,00	0,00
Termo de Parceria	0,00	0,00	0,00
Contratos de PPP	0,00	0,00	0,00
Execução de Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00
Contratos de PPP - Do Ente Federado, Exceto Estatais Não Dependentes	0,00	0,00	0,00
Contratos de PPP - Das Estatais Não Dependentes	0,00	0,00	0,00
Contratos de Cessão de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Contratos de Cessão de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações Contratuais	19.627,52	0,00	0,00
Total	170.088,93	22,36	760583,94%

Nota 20 – Superávit/Déficit Financeiro

O superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 2.468.324,91, é composto pelas seguintes destinações:

Tabela 20.1 – Superávit/Déficit Financeiro

Recurso	Disponibilidade	Obrigações	Saldo de Disponibilidade
Ordinário	1.647.619,79	130.716,83	1.516.902,96
Vinculado	1.065.578,89	114.156,94	951.421,95
Vinculado à Educação	0,00	0,00	0,00
Vinculado à Saúde	0,00	0,00	0,00
Vinculado à Assistência	0,00	0,00	0,00
Vinculado ao RPPS	0,00	0,00	0,00
Vinculado à Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Vinculações Decorrentes de Transferências	1.065.578,89	45.223,46	1.020.355,43
Demais Vinculações	0,00	68.933,48	-68.933,48
Recursos Extraorçamentários	21.424,98	21.424,98	0,00
Recursos Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00
Recursos de Depósitos de Terceiros	18.724,05	18.724,05	0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	2.700,93	2.700,93	0,00
Total	2.734.623,66	266.298,75	2.468.324,91

Os recursos ordinários são os que estão livres para utilização enquanto que os vinculados são aqueles que possuem destinação legal.

2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

2.1 Informações Gerais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) prevista no Art. 104 da Lei Federal nº 4.320/64 evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Nota 21 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Em Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras demonstramos o reconhecimento do valor decorrente da remuneração dos depósitos bancários e aplicações financeiras provenientes dos recursos disponíveis no caixa da entidade, que passaram a ser reconhecidos a partir de 2019 como receita financeira na própria Entidade.

Tabela 21.1 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

	12/2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.147.125,53	3.134.038,89	-63,398%
Total	1.147.125,53	3.134.038,89	-63,398%

A variação negativa em relação a 2023 decorre do resgate das aplicações financeiras para atender a programação financeira da entidade no exercício, o que ocasionou menor volume de recursos disponíveis no caixa.

Nota 22 - Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

Conforme evidenciado na tabela abaixo no exercício de 2024 as VPA's de Transferências e Delegações Recebidas totalizaram o montante de R\$ 218.969.319,73 que em relação a 2023 tiveram um aumento de 14,50%.

Segue abaixo detalhamento das transferências financeiras recebidas e concedidas intra-governamentais (entre órgãos, unidade que pertencem ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS).

Tabela 22.1 – Transferências Intra-Governamentais Recebidas e Concedidas

RECEBIDAS/CONCEDIDAS	MONTANTE
RECEBIDAS	218.969.319,73
Transferências Intragovernamentais	218.969.319,73
Transferências Inter Governamentais	0,00
União	0,00
Estados	0,00
Municípios	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00
Transferências do Exterior	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00
CONCEDIDAS	107.806.373,17
Transferências Intragovernamentais	107.806.373,17
Transferências Inter Governamentais	0,00
União	0,00
Estados	0,00
Municípios	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00
Transferências ao Exterior	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00

Em Transferências e Delegações Recebidas as Transferências Intragovernamentais são compostas por recursos provenientes dos repasses financeiros efetuados pelo Tesouro Geral do Estado para execução orçamentária das despesas da entidade no valor de R\$ 216.190.304,05, somadas às transferências não financeiras recebidas no montante de R\$ 2.779.015,68, que correspondem às transferências dos bens adquiridos com recursos orçamentários da unidade contábil Fundo da Defensoria Pública – FUNDEP, quais são incorporados ao patrimônio da unidade Defensoria Pública, consoante ao artigo 234 da Lei Complementar nº 136/2011.

Importante destacar que parte do valor transferido pelo Tesouro Estadual se refere aos registros escriturais dos repasses para execução financeira da folha de pagamento da entidade, que até Dezembro/2024 foram pagos pela conta 65.000-5 da Coordenação do Tesouro Estadual, gerando assim um movimento repetido de repasse recebido contra outro de repasse concedido.

Em Transferências e Delegações Concedidas – Transferências Intragovernamentais, além do montante relativo ao valor remetido para o Tesouro Estadual em devolução para processamento da folha mensal de pessoal, também é demonstrado os valores para cobertura da insuficiência financeira do Fundo Financeiro, gerada em decorrência de aposentadorias de servidores inativos vinculados à Defensoria Pública que, a partir de março/2020, em observância à repartição de responsabilidades no custeio do sistema previdenciário, a Secretaria da Fazenda determinou que nos casos de insuficiência financeira, caberia a cada um dos entes ou órgãos autônomos realizar a complementação dos recursos necessários ao pagamento dos benefícios.

Nota 23 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. De Passivos

O valor evidenciado na tabela abaixo se refere à reincorporação de saldo de estoque decorrente de inventário realizado no almoxarifado da Sede de Atendimento da Defensoria Pública em Curitiba.

Tabela 23.1 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. De Passivos

	12/2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Ganhos com Incorporação de Ativos	16.046,18	0,00	100,000%
Total	16.046,18	0,00	100,000%

Nota 24 – Pessoal e Encargos Sociais

Conforme evidenciado na tabela abaixo, as VPD's de Pessoal e encargos com execução orçamentária através da unidade contábil Defensoria Pública tiveram em 2024 um crescimento de 18,09% em relação a 2023. Esta variação se deu pelo crescimento vegetativo da folha (plano de cargos e salários), reestruturação administrativa aprovada pela Lei Complementar 271/2024, pagamento de indenização de férias devidas aos membros.

Importante destacar que parte da despesa de pessoal e encargos da Defensoria Pública é custeada com recursos do FUNDEP, consoante ao Parágrafo único do Art. 229 da Lei complementar nº 223/2020.

Tabela 24.1 – Pessoal e Encargos Sociais



Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

	12/2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - RPPS	82.896.547,07	62.579.772,00	32,47
Vencimentos e Salários	18.409.906,15	9.681.719,02	90,15
Abono Permanência	103.654,84	136.397,71	-24,01
Gratificação por Exercício de Cargos	23.513,77	0,00	0,00
Gratificação por Exercício de Funções	5.920.553,78	2.960.422,76	99,99
Férias Vencidas e Proporcionais	4.307.034,48	830.562,13	418,57
13º Salário	161.341,20	6.296.887,38	-97,44
Férias - Abono Pecuniário	0,00	0,00	0,00
Férias - Abono Constitucional	3.924.940,11	540.853,18	625,69
Subsídios	50.045.602,74	42.010.000,61	19,13
Outros Vencimentos e Vantagens Fixas	0,00	122.929,21	-100,00
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil - RPPS	378.611,08	6.596.162,83	-94,26
Outros Vencimentos e Vantagens Variáveis - Pessoal Civil RPPS	378.611,08	6.596.162,83	-94,26
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
Outras Remunerações a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos Pelo RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Remunerações a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos Pelo RPPS	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil - RPPS	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - RGPS	7.629.972,83	6.761.090,03	12,85
Vencimentos e Salários	6.868.875,39	5.750.970,81	19,44
Gratificações Especiais	448.279,44	384.454,79	16,60
Férias Vencidas e Proporcionais	16.764,05	3.687,13	354,66
13º Salário	104.844,25	515.678,99	-79,67
Férias - Abono Constitucional	191.209,70	106.298,31	79,88
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil - RGPS	20.261,26	756.342,87	-97,32
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	20.261,26	756.342,87	-97,32
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
Setenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
Contratação por Tempo Determinado	300.809,28	33.722,64	792,01
Salário Contrato Temporário - Lei 8.745/93	180.968,46	24.738,95	631,51
Adicional de Periculosidade Contr. Temporário	49.701,00	3.602,42	1.279,66
13º Salário Contrato Temporário	19.432,44	2.582,40	652,50
Férias - Abono Constitucional	5.159,33	0,00	0,00
Contribuição Patronal ao RGPS	45.548,05	2.798,87	1.527,37
Outras Remunerações a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos Pelo RGPS	0,00	0,00	0,00
Outras Remunerações a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos Pelo RGPS	0,00	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Encargos	16.924.644,65	14.679.146,25	15,30
Patronais - RPPS	14.832.220,00	13.503.000,11	9,84
Patronais - RGPS	1.415.871,82	1.176.146,14	20,38
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	676.552,83	0,00	0,00
Benefícios a Pessoal	7.981.674,19	7.681.159,31	3,91
Auxílio Alimentação - RPPS	4.046.389,13	4.213.748,33	-3,97
Auxílio Transporte - RPPS	1.501.848,00	1.495.068,00	0,45
Auxílio Alimentação - RGPS	1.677.101,06	1.338.164,98	25,33
Auxílio Transporte - RGPS	756.336,00	634.178,00	19,26
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.230.502,81	299.695,38	310,58
Indenizações e Restituições Trabalhistas	1.071.103,82	168.980,84	533,86
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	159.398,99	130.714,54	21,94
Total	117.363.023,17	99.387.091,31	18,09

Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

Da parte das VPDs com Pessoal e Encargos executadas na unidade as mais representativas são as relativas a Subsídios, vencimentos e Salários e Encargos Patronais ao RPPS que representam 70,97% do total.

Nota 25 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As VPD's com Benefícios Previdenciários e Assistenciais registrados na unidade contábil Defensoria Pública totalizaram o montante de R\$ 5.426.209,31 no exercício de 2024, representando um aumento de 25,33% em relação a 2023.

Tabela 25.1 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

	12 /2024	AV (%)	12/2023	AV (%)	AH (%)
Detalhamento					
Aposentadoria e Reformas					
Aposentadorias - RPPS	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Aposentadorias - RGPS	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Reserva Remunerada - Pessoal Militar	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Reforma - Pessoal Militar	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outras Aposentadorias	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Pensões					
Pensões - RPPS	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Pensões - RGPS	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Pensões - Pessoal Militar	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outras Pensões	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Benefícios de Prestação Continuada					
Benefícios de Prestação Continuada Ao Idoso	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Benefícios de Prestação Continuada Ao Portador de Deficiência	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outros Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Benefícios Eventuais					
Auxílio por Natalidade	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Auxílio por Morte	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Benefícios Eventuais por Situações de Vulnerabilidade Temporária	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Benefícios Eventuais em Caso de Calamidade Pública	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda					
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outros Benefícios Assistenciais					
Outros Benefícios Assistenciais - Servidor Civil	3.036,23	0,0560	0,00	0,0000	0,00
Outros Benefícios Assistenciais - RGPS	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outros Benefícios Assistenciais - Militar	0,00	0,0000	0,00	0,0000	0,00
Outros Benefícios Assistenciais	5.423.173,08	99,9440	4.329.445,58	100,0000	25,26
Total	5.426.209,31	100,0000	4.329.445,58	100,0000	25,33

Em Outros Benefícios Assistenciais – Servidor Civil o valor de R\$ 3.036,23 refere-se a Auxílio-Funeral pago à pensionista de servidora inativa falecida.

Em Outros Benefícios Assistenciais o total demonstrado refere-se à Auxílio-Saúde pago a Membros/Servidores Ativos e Inativos do RPPS e à Servidores Ativos do RGPS.

Nota 26 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

As VPD's com uso de bens, serviços e consumo de capital fixo totalizaram em 2024 o montante de R\$ 339.113,92 que representa um acréscimo de 38,18% em relação ao exercício de 2023, conforme é evidenciado de forma detalhada na tabela abaixo:

Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

Tabela 26.1 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Detalhamento	12/2024	12/2023	AH (%)
Consumo de Material	266.004,64	242.919,83	9,50
Gêneros de Alimentação	37.932,70	63.103,78	-39,89
Material de Expediente	56.607,09	43.495,47	30,14
Material de Processamento de Dados	14.126,03	1.862,96	658,26
Materiais e Medicamentos p/ Uso Veterinário	0,00	0,00	0,00
Material de Acondicionamento e Embalagem	7.798,48	9.486,71	-17,80
Material de Cama, Mesa e Banho	0,00	0,00	0,00
Material de Copa e Cozinha	23.449,63	30.890,85	-24,09
Material de Limpeza e Produtos de Higienização	78.788,67	82.775,29	-4,82
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	0,00	0,00	0,00
Material para Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	39.759,53	844,80	4.606,38
Material para Manutenção de Bens	329,76	0,00	0,00
Material Elétrico e Eletrônico	4.066,51	9.502,84	-57,21
Material de Manobra e Patrulhamento	0,00	0,00	0,00
Material de Proteção e Segurança	445,50	374,95	18,82
Suprimentos para Máq. E Motores Navios e Embarcações	892,92	0,00	0,00
Material Laboratorial	0,00	0,00	0,00
Material Hospitalar	83,19	166,38	-50,00
Material para Utilização em Gráfica	855,73	0,00	0,00
Ferramentas	779,80	0,00	0,00
Material para Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00
Material de Sinalização Visual e Outros	89,10	415,80	-78,57
Serviços de Terceiros - PF	69.818,83	0,00	0,00
Estagiários	69.818,83	0,00	0,00
Serviços de Terceiros - PJ	3.290,45	2.503,50	31,43
Serv. Médico-Hospitalar, Odontol.e Laboratoriais	0,00	553,50	-100,00
Serviços Bancários	579,09	577,64	0,25
Serviços Técnicos Profissionais	2.711,36	0,00	0,00
Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00
Locação de Mão de Obra	0,00	228,50	-100,00
Arrendamento Mercantil Operacional	0,00	0,00	0,00
Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros - PJ	0,00	1.143,86	-100,00
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00	0,00	0,00	0,00
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 § 1, LC 101/00	0,00	0,00	0,00
Total	1.924.302,61	2.319.714,04	-17,05
Ajustes	1.585.188,69	2.074.290,71	-23,58
(-)Depreciação, Amortização e Exaustão	1.585.188,69	2.074.290,71	-23,58
Valor Total Líquido	339.113,92	245.423,33	38,18

Nota 27 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Conforme evidenciado na tabela a seguir a entidade não possui registros em VPD's com Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos no exercício de 2024:

Tabela 27.1 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	12/2024	AV (%)	12/2023	AV (%)	AH (%)
Detalhamento					
Desvalorização e Perdas de Ativos					
Reavaliação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
Reavaliação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
Reavaliação de Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplicações Temporárias	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
Perdas de Estoques	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
Outras Perdas	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00	0,00	0,0000	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00	861,96	100,0000	-100,00
Total	0,00	0,00	861,96	100,0000	-100,00

Nota 28 – Resultado Patrimonial

Conforme evidenciado na tabela abaixo o Resultado Patrimonial no exercício de 2024 foi de -R\$ 13.079.069,16 inferior ao apurado em 2023, com uma variação de 706,24%.

	12/2024	AV (%)	12/2023	AV (%)	AH (%)
Detalhamento					
Variações Patrimoniais Aumentativas	220.132.491,44	-1.683,0899	194.370.218,41	-11.981,6003	13,25
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	233.211.560,60	-1.783,0899	195.992.457,62	-12.081,6003	18,99
Resultado Patrimonial	-13.079.069,16	-3.466,1798	-1.622.239,21	-24.063,2006	706,24

As principais variações que contribuíram para o resultado em 2024 foram o aumento da despesa com pessoal e redução da receita de rendimentos de aplicação financeira.

3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.

3.1 Informações Gerais

Nos moldes do Art. 102 da Lei Federal nº 4.320/64, o Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Balanço Orçamentário contempla receitas e apresenta devidamente as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Nota 29 – Receita Orçamentária

Em relação a Receita Orçamentária do total previsto de R\$ 3.409.375,00 foi arrecadado R\$ 1.247.075,65 o que representa 36,58% do previsto e gerou insuficiência de arrecadação de R\$ 2.162.299,36 conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 29.1 – Detalhamento da Receita Prevista/Arrecadada

Receitas orçamentárias	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizada (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes	3.409.375,00	3.409.375,00	1.247.075,64	-2.162.299,36
Receita Patrimonial	2.723.635,00	2.723.635,00	1.247.075,64	-1.476.559,36
Transferências Correntes	685.740,00	685.740,00	0,00	-685.740,00
Receitas De Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Receitas Orçamentárias	3.409.375,00	3.409.375,00	1.247.075,64	-2.162.299,36

A Receita Patrimonial evidenciada no valor de R\$ 1.247.075,64, decorre da Remuneração dos depósitos bancários provenientes dos recursos financeiros no caixa do órgão no decorrer do exercício, que foram aplicados em fundos de investimentos de curto prazo e reconhecidos como receita financeira na própria Entidade.

Para execução das dotações orçamentárias custeadas com fontes do Tesouro Estadual – Recursos Ordinários Não Vinculados - Fonte 500, a unidade contábil contou com os repasses mensais, em duodécimos, efetuados pelo Tesouro Estadual, conforme estabelecido no Art. 23 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei 21.587/2023). Estes recursos não são reconhecidos como receita orçamentária para fins desta demonstração. Estes repasses constam evidenciados no Balanço Financeiro.

Na composição da Receita Orçamentária realizada pela remuneração dos depósitos bancários, os desdobramentos por fonte de recursos no exercício de 2024 são os seguintes:

Tabela 29.2 - Detalhamento da Receita Arrecadada

Receitas orçamentárias	Ingressos
Recursos Não Vinculados	1.147.021,09
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	1.142.674,53
501 - Outros Recursos não Vinculados	4.346,56
Recursos Vinculados	100.054,55
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	99.950,11
703 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	104,44
Total de Receitas Orçamentárias	1.247.075,64

Nota 30 – Despesa Orçamentária

No exercício de 2024 o Orçamento foi aprovado pela Lei nº 21.862/2023, que teve uma previsão de receita de R\$ 3.409.375,00 e uma dotação inicial para execução orçamentária de R\$ 98.641.597,00. Durante o exercício houve a abertura de crédito adicional suplementar no montante de R\$ 24.329.871,00, conforme é evidenciado no detalhamento abaixo:

Tabela 30.1 – Composição por tipo de Créditos

Detalhamento	Dotação Inicial	Crédito Suplementar	Crédito Especial	Crédito Extraordinário	Cancelam./Remanej.	Dotação Atualizada
Pessoal e Encargos	86.475.743,00	21.613.469,00	-	-	-	108.089.212,00
Outras Despesas de Custeio	12.112.854,00	2.716.402,00	-	-	-	14.829.256,00
Investimento	53.000,00	-	-	-	-	53.000,00
Total	98.641.597,00	24.329.871,00	0,00	0,00	0,00	122.971.468,00

Destaca-se nas suplementações R\$ 12.000.000,00 efetuados com recursos de origem do Superávit de Exercícios Anteriores do Tesouro Estadual, consoante ao estabelecido no Parágrafo Único – Art. 21 da LDO 2024 e R\$ 12.329.871,00 com utilização de recursos de Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores do próprio órgão, fontes 500, 501, 700 e 703, suplementados nas espécies Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes.

Conforme evidenciado na tabela abaixo da dotação atualizada de R\$ 122.971.468,00 foi empenhado o valor de R\$ 121.972.744,02 que corresponde a 99,18% da dotação. Em relação à despesa empenhada foi liquidado o valor de R\$ 121.848.066,50 que corresponde a 99,90%, e a despesa paga foi de R\$ 121.727.870,25 o que representa 99,90% em relação a despesa liquidada.

Tabela 30.2 – Execução da Despesa Orçamentária

Despesas orçamentárias	Orçamento Atualizado	Contingenciado	Disponibilidade Orçamentária (a)	Despesas Empenhadas (b)	% Empenho = b/a	Despesas Liquidadas (c)	% Liquidação = c/b	Despesas Pagas (d)	% Pagamento = d/c
Despesas Correntes	122.918.468,00	685.740,00	122.232.728,00	121.972.744,02	99,79%	121.848.066,50	99,90%	121.727.870,25	99,98%
Pessoal e Encargos Sociais	108.089.212,00	291.478,00	107.797.733,00	107.795.425,02	99,96%	107.692.238,95	99,94%	107.572.042,70	99,89%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	14.829.256,00	394.262,00	14.434.995,00	14.217.319,00	98,49%	14.155.827,55	99,57%	14.155.827,55	100,00%
Despesas de Capital	53.000,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Investimentos	53.000,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total	122.971.468,00	685.740,00	122.285.728,00	121.972.744,02	99,74%	121.848.066,50	99,90%	121.727.870,25	99,98%

Diretoria de Orçamento e Finanças – Coordenadoria de Contabilidade

Nota 31 – Resultado Orçamentário

Conforme demonstrado na tabela abaixo no exercício de 2024 o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 120.725.668,38 quando comparado a receita arrecadada e a despesa empenhada.

Tabela 31.1 – Resultado Orçamentário

	12/2024	12/2023	AH (%)
Detalhamento			
Receitas Arrecadadas	1.247.075,64	4.607.720,05	-72,935%
(-) Despesas Empenhadas	121.972.744,02	105.216.465,10	15,926%
Total	-120.725.668,38	-100.608.745,05	19,995%

Importante reafirmar que os repasses duodecimais efetuados pelo Tesouro Estadual para custeio das dotações de fontes do Tesouro, assim como a utilização de recursos do superávit financeiro, não são considerados como receitas na unidade contábil, o que influenciou no resultado deficitário.

Nota 32 – Execução dos Restos a Pagar

Tabela 32.1 – Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados

Detalhamento	Inscritos e Exercícios anteriores (menos os cancelados) (a)	Liquidado (b)	Pago (c)	Saldo (a-c)	% Execução d=(c/a)
DESPESAS CORRENTES	1.568.134,49	0,00	1.568.134,49	0,00	100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.562,11	0,00	15.562,11	0,00	100,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.552.572,38	0,00	1.552.572,38	0,00	100,00
DESPESAS DE CAPITAL	112.341,75	0,00	112.341,75	0,00	100,00
INVESTIMENTOS	112.341,75	0,00	112.341,75	0,00	100,00
Total	1.680.476,24	0,00	1.680.476,24	0,00	100,00

Conforme evidenciado na tabela acima, dos restos a pagar inscritos em 2023 e em exercícios anteriores, não há saldos remanescentes inscritos a pagar nos próximos exercícios.

Os Restos a Pagar não processados cancelados, no valor de R\$ 237.815,13, são decorrentes da análise dos empenhos dos restos a pagar de 2023 e anteriores em cumprimento ao Comunicado Técnico Contábil nº 010/2024 – DCG/SEFA, Resolução SEFA nº 1096/2024 e Decreto nº 3.169/2019, registrados nos protocolos nº 22.312.002-4 e 23.080.220-3.

Quanto aos pagamentos efetuados, destacam-se as despesas com provisões de 1/3 de férias vencidas de exercícios anteriores. Observa-se que para as provisões ao próximo exercício (2025), considerando a possibilidade de melhor escrituração contábil, a evidenciação do passivo foi efetuada por meio de registro patrimonial do montante que ainda resta pendente o pagamento pela ausência de fruição, sendo cancelados os saldos de empenhos em restos a pagar.

4 - BALANÇO FINANCEIRO

4.1. Informações Gerais

O Balanço Financeiro previsto no Art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, permitindo apurar o confronto entre receitas e despesas, o resultado financeiro do exercício e o saldo de caixa que se transfere para o exercício seguinte.

Nota 33 - Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração. No caso da Defensoria Pública as transferências financeiras ocorreram entre a UG 070000 e as UG 990000 – Tesouro Estadual e UG 880000 – Fundo Financeiro.

Na composição do balanço financeiro, bem como nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, observa-se que o montante de Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro Estadual apresenta-se em valor maior que os repasses financeiros duodecimais, isto em consequência da transferência escritural de numerário realizada para pagamento da folha de Pessoal Ativo da Defensoria Pública, uma vez que o processamento desses pagamentos ocorreu, até 31/12/2024, através da conta bancária 65.000-5, pertencente à Coordenação do Tesouro Estadual, perfazendo assim um movimento repetido de TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS INTRA OFSS.

Tabela 33.1 - Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

RECEBIDAS/CONCEDIDAS	MONTANTE
RECEBIDAS	218.969.319,73
Transferências Intragovernamentais	218.969.319,73
Transferências Inter Governamentais	0,00
União	0,00
Estados	0,00
Municípios	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00
Transferências do Exterior	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00
CONCEDIDAS	107.806.373,17
Transferências Intragovernamentais	107.806.373,17
Transferências Inter Governamentais	0,00
União	0,00
Estados	0,00
Municípios	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00
Transferências ao Exterior	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00

Além dos valores processados decorrentes da folha de pagamento, em TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS estão considerados os repasses financeiros extraorçamentários, conforme estabelecido na 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, efetuados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado, no valor de R\$ 3.581.404,95, para aporte à cobertura da insuficiência financeira dos inativos da Defensoria Pública vinculados ao Fundo Financeiro.

Na tabela abaixo evidencia-se o detalhamento das transferências recebidas e concedidas:

Tabela 33.2 - Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas - Composição

Transferências financeiras recebidas		Transferências financeiras concedidas	
Origem	Montante	Destino	Montante
Tesouro Estadual_Duodécimos	112.132.000,02	Aportes de recursos para RPPS	3.581.404,95
Tesouro Estadual_Execução da Folha de Pagamento	104.058.304,03	Tesouro Estadual_Execução da Folha de Pagamento	104.109.668,01
Total	216.190.304,05	Total	104.109.668,01

A diferença de R\$ 51.363,98 a maior do lado das transferências concedidas para execução de folha de pagamento se refere à parcela de INSS retido da Competência Março/2024 não descontado do montante

transferido para o Tesouro Estadual. Na ocasião, o INSS retido em folha foi pago com recursos da própria entidade o que ocasionou um repasse a maior para o TGE. A diferença será restituída em 2025 por meio de solicitação à Coordenadoria do Tesouro Estadual via e-protocolo nº 23.561.512-6.

Nota 34 – Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

Integram os Recebimentos Extraorçamentários as inscrições de restos a pagar processados e não processados, depósitos restituíveis e valores vinculados e outros recebimentos extraorçamentários com movimentações a crédito das contas 2188, a exemplo das movimentações das contas cartão e outros depósitos de terceiros, com exceção das consignações.

Sob a ótica dos dispêndios, os pagamentos extraorçamentários representam os pagamentos de restos a pagar não processados e processados, depósitos restituíveis e valores vinculados e outros pagamentos extraorçamentários com movimentações a débito das contas 2188, a exemplo das citadas acima.

Os valores pagos no exercício, referentes a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, estão evidenciados na Nota 32 – Execução de Restos a Pagar.

Os restos a pagar inscritos no exercício constam ao lado dos ingressos extraorçamentários para compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, porém, não paga no exercício da emissão do empenho, em atendimento ao parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta-se na tabela abaixo a composição dos restos a pagar inscritos no exercício em comparação com os inscritos em 2023.

Tabela 34.1 – Inscrição de Restos a Pagar

	Restos a Pagar Inscritos 2024	AV(%)	Restos a Pagar Inscritos 2023	AV(%)	AH(%)
Restos a Pagar Não Processados	124.677,52	0,00	1.781.814,59	0,00	-93,00%
DESPESAS CORRENTES	124.677,52	0,00	1.669.472,84	0,00	-92,53%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	61.491,45	0,00	61.087,61	0,00	0,66%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.186,07	0,00	1.608.385,23	0,00	-96,07%
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	112.341,75	0,00	-100,00%
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	112.341,75	0,00	-100,00%
Restos a Pagar Processados	120.196,25	0,00	0,00	0,00	100,00%
DESPESAS CORRENTES	120.196,25	0,00	0,00	0,00	100,00%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	120.196,25	0,00	0,00	0,00	100,00%
Total	244.873,77	0,00	1.781.814,59	0,00	-86,26%

5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

5.1. Informações Gerais

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) evidencia como a entidade gera e utiliza seus recursos monetários, segregando suas entradas e saídas de caixa com base na natureza dos fluxos de ingressos e desembolsos, e as classifica em fluxos das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos.

Nesta demonstração destaca-se:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Evidencia-se as principais atividades que geraram recursos para a entidade, sendo a principal as transferências financeiras recebidas do Tesouro Estadual, bem como os desembolsos em atividades operacionais.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Refere-se à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos, não incluídos nos equivalentes de caixa.

O valor evidenciado na linha de aquisição de Ativo Não Circulante refere-se à aquisição de computadores prevista na execução do Convênio 931625/2022.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

São aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.

Conforme evidenciado na Demonstração a unidade não possui registros nessa atividade.

Nota 35 – Análise do Fluxo de Caixa

Da análise dos resultados apurados na Demonstração de Fluxo de Caixa do exercício de 2024 evidencia-se uma variação negativa de (R\$13.701.466,08) da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, consoante à variação do caixa e equivalentes de caixa final e inicial do exercício demonstrada no balanço financeiro.

6. REGRAS DE INTEGRIDADE

6.1. Informações Gerais

A estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público foi criada com intuito de garantir a integridade e qualidade das informações contábeis, bem como a consistência dos procedimentos de cunho patrimonial, orçamentário e de controle.

A metodologia empregada proporciona o acompanhamento, de forma organizada, dos registros contábeis e auxilia na análise de informações de acordo com a sua natureza, visando assegurar a escrituração.

Nesse sentido, vale ressaltar as regras de integridade das disponibilidades de recursos e dos ativos e passivos financeiros.

Nota 36 - Regras de Integridade de D.D.R

As disponibilidades de recursos têm o intuito de demonstrar os recursos que não estão comprometidos pela despesa, ou em outros compromissos assumidos oriundo da execução orçamentária.

Tabela 36.1 - Regra de Disponibilidade por Destinação de Recursos

Descrição	Conta	Valor R\$
I	Ativo Financeiro	2.734.623,66
II	Passivo Financeiro	266.298,75
III	6.2.2.1.3.01.00 (Empenhado a Liquidar) + 6.3.1.7.1.00.00 (RPNP) + 6.3.1.1.0.00.00 (RPNP)	-
IV = (I-II-III)	A F - PF - Execução	2.468.324,91
V	82111 - DDR	2.468.324,91
VI = IV - V	Diferença	0,00

Nota 37 - Regras de Integridade do Ativo Financeiro

Os valores escriturados no Ativo Financeiro, menos os pagamentos realizados devem ser iguais ao saldo da Conta Contábil 82111 – Disponibilidade por Destinação de Recursos.

Tabela 37.1 - Regra do Ativo Financeiro

Descrição	Conta	Valor R\$
I	72111000000	128.068.828,90
II	72112000000	1.634.121,22
III	72113000000	2.620.331,82
IV = (I+II+III)	72100 - Total	132.323.281,94
V	82114000000	129.588.658,28
VI	82115000000	-
VII = IV - V - VI	Dif. 72111 x 8211x	2.734.623,66
VIII	Ativo Financeiro	2.734.623,66
IX = VIII - VII		0,00

Nota 38 - Regras de Integridade do Empenho

O PCASP tem regras específicas para as etapas da execução orçamentária, como reforçado em epígrafe, visam trazer integridade e consistência para execução contábil, assim, tem-se que tal regra busca evidenciar a paridade das contas de classe orçamentária com a classe de controle.

Tabela 38.1 – Regra de Execução de Empenho

Descrição	Conta	Valor R\$
I	622130500	124.677,52
II	622130101	-
III	631710000	-
IV	631100000	-
V	821120100	124.677,52
V = I + II + III + IV - V		-

Nota 39 - Regras de Integridade da Liquidação

Outrossim, se faz necessário demonstrar a regra equivalente à execução da etapa da Liquidação, que apresenta adequação conforme quadro subsequente.

Tabela 39.1 - Regra de Execução da Liquidação

Descrição	Conta	Valor R\$
I	622130700	120.196,25
II	622130301	-
III	631300000	-
IV	632100000	-
V	632700000	-
VI	821130100	51.262,77
VII	821130200	68.933,48
VI = I + II + III + IV + V - VI - VII		-

Nota 40 - Regras de Integridade de Recursos Extraorçamentários

Os recursos extraorçamentários são aqueles em que o Estado atua como depositário temporário. Tratam das retenções e valores restituíveis, como caução e garantias. Para maior controle dessas operações, o PCASP separou contas específicas para seu tratamento, as quais apresentam estar em conformidade com o esperado no encerramento do exercício.

Tabela 40.1 - Regra de Recursos Extraorçamentários

Descrição	Conta	Valor R\$
I	218810000	21.424,98
II	218820000	-
III	218830000	68.933,48
IV	218850000	-
V	821130200	68.933,48
VI	821130300	21.424,98
VII = I + II + III + IV	TOTAL 2188x	90.358,46
VIII = V + VI	TOTAL 82213.0x	90.358,46
VIII = VI - VII		-

Fonte das Informações: SIAFIC

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Edione Bernardino
Analista da Defensoria Pública
Contadora
CRC-PR 062.462/O-PR

Luciano Bonamigo de Sousa
Diretor de Orçamento e Finanças
CPF 008.***.***-73

Matheus Cavalcanti Munhoz
Defensor Público-Geral
CPF 360.***.***-65